

Notas:

- a) Elaborado em conformidade com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais 6ª edição, aprovado por meio da Portaria (STN) nº 553, de 22 de setembro de 2014. Este demonstrativo evidencia a evolução do Patrimônio Líquido (PL) dos últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- b) A Evolução do Patrimônio Líquido no triênio 2013 a 2015 alcançou os Resultados Acumulados de R\$ 2,240 bilhões, R\$ 1,667 bilhão e 9,026 bilhões respectivamente.
- c) O total do PL em 2015 apresentou um decréscimo de 3,19% em relação a 2014, passando de R\$ 9,481 bilhões para R\$ 9,179 bilhões. Como forma de esclarecimento desse comportamento seguem abaixo as principais movimentações que ocorreram no grupo do Patrimônio Líquido em 2015.
- Ajustes de Exercícios Anteriores referente a bens móveis e depreciação acumulada resultando em um decréscimo na ordem de R\$ 337,658 milhões;
 - Transferência do saldo da conta Patrimônio Social para a conta de Resultados Acumulados no valor de R\$ 9,328 bilhões. Anteriormente, o encerramento do exercício era direcionado para a conta Patrimônio Social que passou a partir de 2015 para Resultados Acumulados;
 - Apuração do Resultado Patrimonial do Período positivo de R\$ 35,517 milhões, que corresponde a diferença entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas que totalizaram R\$ 48,257 bilhões compostas por: impostos, taxas e contribuições de melhoria; contribuições; exploração e venda de bens, serviços e direitos; variações patrimoniais aumentativas financeiras; transferências e delegações recebidas; valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos; outras variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais quantitativas diminutivas que totalizaram R\$ 48,221 bilhões compostas por: pessoal e encargos; benefícios previdenciários e assistenciais; uso de bens, serviços e consumo de capital fixo; variações patrimoniais diminutivas financeiras; transferências e delegações concedidas; desvalorização e perdas de ativo e incorporação de passivos; tributárias; outras variações patrimoniais diminutivas.
- d) O Patrimônio Líquido (PL) referente ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará (RPPS), constituído pelo Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV) e pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV) apresentou no período de 2013 a 2015 as seguintes movimentações .
- No exercício de 2013 houve registros de reversão de provisões matemáticas previdenciárias e de reversão de provisão para perdas em investimentos ocasionando um superávit no FUNPREV de R\$ 771,329 milhões, que somado ao superávit do FINANPREV de R\$ 96,259 milhões e ao do IGEPREV de R\$ 5,207 milhões e subtraído do PL negativo apurado no exercício de 2012, chega-se a um patrimônio líquido positivo de R\$ 229,570 milhões. Em 2014 o resultado patrimonial do exercício se manteve superavitário no RPPS em R\$ 141,793 milhões, sendo deficitário no IGEPREV em R\$ -4,910 milhões e superavitário no FINANPREV e FUNPREV em R\$ 47,812 milhões e R\$ 98,884 milhões respectivamente, apurando um Patrimônio Líquido positivo de R\$ 371,364 milhões. Em 2015 o resultado do exercício foi positivo no FUNPREV e IGEPREV, em R\$ 611,943 e 14,420 milhões respectivamente, enquanto que no FINANPREV foi negativo em R\$ 12,301 milhões, sendo que no IGEPREV foi contabilizado como ajustes de bens móveis (desincorporação) o valor de R\$ 587,914 mil consequentemente reduzindo o resultado acumulado nessa unidade gestora. Porém, analisando o Resultado Acumulado em relação ao órgão IGEPREV que consolida o FINANPREV, FUNPREV e IGEPREV o mesmo atingiu ao final do exercício o valor positivo de R\$ 984,838 milhões. Vale ressaltar a transferência do saldo da conta Patrimônio Social para a conta de Resultados Acumulados no valor de R\$ 229,570 milhões.

Anteriormente, o encerramento do exercício era direcionado para a conta Patrimônio Social que passou a partir de 2015 para Resultados Acumulados.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM A APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos
2017

R\$ 1,00			
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)			
<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2015 (a)	2014 (b)	2013 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	419.925,00	2.908.688,97	13.031.604,84
Alienação de Bens Móveis	419.925,00	860.688,97	7.249.514,52
Alienação de Bens Imóveis		2.048.000,00	5.782.090,32
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2015 (d)	2014 (e)	2013 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	419.925,00	2.908.688,97	13.031.604,84
DESPESAS DE CAPITAL	419.925,00	2.908.688,97	13.031.604,84
Investimentos	419.925,00	2.908.688,97	13.031.604,84
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2015 (g)=((Ia- II d)+III h)	2014 (h)=((Ib- II e)+III i)	2013 (I)=(Ic- II f)
VALOR (III)			

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 07/abr/2016 e Hora de emissão 11h e 08m.

Notas:

- a) Elaborado em conformidade com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais 6ª edição, aprovado por meio da Portaria (STN) nº 553, de 22 de setembro de 2014. Esse demonstrativo evidencia a evolução da origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos dos três últimos exercícios anteriores ao da edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- b) O Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos tem como objetivo evidenciar a aplicação de recursos provenientes de receita da alienação de bens e direitos em despesas de capital ou nas despesas correntes dos regimes de previdência.
- c) No exercício de 2015 houve a alienação de bens móveis por parte do Tribunal de Justiça do Estado especificamente na unidade gestora Fundo de Reaparelhamento do Judiciário-FRJ no valor de R\$ 420 mil, proveniente da alienação de 75 veículos considerados inservíveis, através da modalidade de licitação leilão, nº 001/TJPA/2015.
- d) Ressalta-se que os recursos arrecadados foram integralmente destinados para atender despesas de capital relativa à execução de obras, instalações e equipamentos e material permanente.